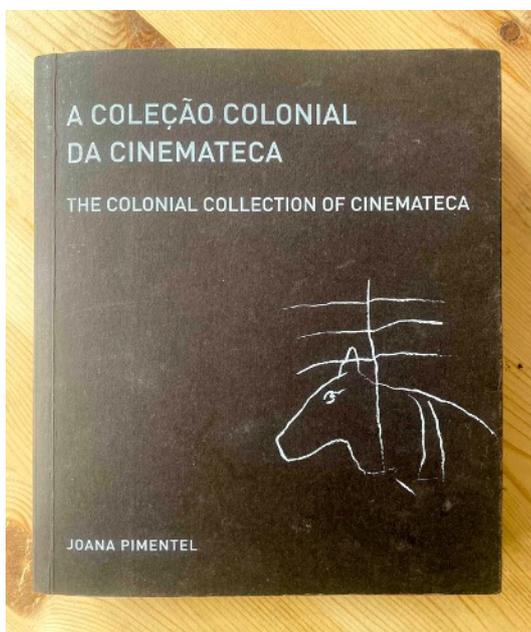


Pensar o Cinema Colonial Português

Inês Ponte

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal
inesponte@ics.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0001-8258-2646>



Pimentel, Joana. 2020. *A Coleção Colonial da Cinemateca | The Colonial Collection of Cinemateca* (edição bilíngue). Lisboa: Cinemateca Portuguesa-Museu do cinema, 335 pp., 115 ilustr (p/b e cor). ISBN 978-972-619-291-6.

O longo processo de formação de uma coleção de filmes das então colónias portuguesas na Cinemateca Portuguesa–Museu do Cinema (CP-MC) foi alvo de uma valiosa publicação em 2020, pela própria instituição, fundada em 1948, que a começou a salvaguardar na década de 1990. A obra reúne 4 textos dispersos de Joana Pimentel (1953-2018), arquivista na CP-MC desde 1990, que teve essa responsabilidade a seu cargo. Os textos de Pimentel foram escritos entre 2001 e 2013 e são introduzidos por José Manuel Costa, diretor da Cinemateca desde 2014 (na CP-MC desde 1976). O livro encerra com uma entrevista à autora, também de 2014, realizada no âmbito de um projeto de pesquisa externo à CP-MC, coordenado pela investigadora Sofia Sampaio. A edição bilingue, em

português e inglês – num esforço de diálogo mais vasto que faz jus à rede internacional da Federação Internacional de Arquivos Fílmicos (FIAF), onde a CP-MC tem participado – foi publicada em homenagem a Pimentel após a morte desta em 2018, e tem duas séries de fotogramas da coleção (1908-1974), a preto e branco e a cores, que intercalam as versões linguísticas e as referências.

Através do trabalho de longo termo de Joana Pimentel como arquivista e investigadora na Cinemateca Portuguesa, este livro tem uma condição rara: a de oferecer uma reflexão desta instituição sobre o desenvolvimento da sua missão. A CP-MC tem vindo a publicar obras sobre cinema com base na sua programação, mas a reflexão abrangente sobre o nascimento e amadurecimento de uma vasta coleção histórica é excepcional na sua política editorial. Será mais clara essa excepcionalidade se evocarmos uma outra edição própria anterior, a do prontuário organizado por José de Matos-Cruz nos anos 80 (1989). Ambiciosa, ao querer cobrir 100 anos de cinema, a obra de Matos-Cruz colige cerca de 11.500 títulos tanto por ordem cronológica como alfabética, onde inclui filmes rodados nas ex-colónias até à independência destas (Matos-Cruz 1989, 6).¹ Baseando-se num levantamento bibliográfico com indícios de produções profissionais nos formatos de 35 e 16mm, Matos-Cruz estimava ter conseguido incluir mais de 75% da produção portuguesa nesse longo período, avaliando também que somente 1/10 ainda existiria ou seria possível de recuperar (Matos-Cruz 1989, 6).

Se a extensa lista de Matos-Cruz foi pensada como um instrumento de “consulta e prospecção” de filmes para uma futura cinematografia nacional, a abordagem do livro que aqui recenseamos é distinta. Tendo como pano de fundo outro nascimento e amadurecimento – o do Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (ANIM), fundado, em 1997, em substituição da Divisão de Arquivo fílmico da CP –, esta é uma obra de reflexão e contexto sobre séries de filmes e casos isolados, entretanto localizados e tratados arquivisticamente. Tomando como ponto de partida os objetos fílmicos à guarda do jovem ANIM, a obra acaba por ser particularmente eficaz num progressivo desenho do que

¹ A identificação destes filmes depende de poder ser apreendida pelo título ou de maior conhecimento sobre os filmes listados.

terá sido uma filmografia colonial.² Referindo-se especificamente a Angola, Pimentel define o seu método e objetivos:

adquirimos, com recurso a documentação produzida à época da feitura dos filmes, tanto oficial como privada, alguma ideia do que terá sido o modo de produção das imagens, os fins a que se destinavam, a razão porque sobreviveram até aos nossos dias, e o que evocam sobre o que foi, afinal, a aventura colonial portuguesa, ou o que era viver sob o domínio colonial, em guerra. Enfim, a matriz da Angola de hoje e de como os angolanos já não são o ‘outro’ nem em Portugal, nem em nenhuma parte do mundo. (pp. 59-60)

A obra, por conseguinte, promove um entendimento sobre a política de práticas pontuais de preservação de cinema produzido em analógico entre 1908 e 1974, e o nascer de uma política de preservação abrangente, que coincide com a progressiva consolidação da democracia e do digital em Portugal. Os quatro textos produzidos ao longo de mais de uma década e aqui reproduzidos oferecem a maturação do pensamento de Joana Pimentel sobre o seu trabalho de recolha, identificação e contextualização de materiais fílmicos durante 22 anos, que, derivada da criação do ANIM, gerou, entre outras coisas, uma “coleção colonial”. Não é coisa pouca.

A “coleção colonial” que Pimentel procurou criar no ANIM alberga uma diversidade de filmes, que têm em comum ser sobre a relação colonial que Portugal estabeleceu com vários territórios. Se África assume uma posição central, com particular destaque para Angola, Pimentel também discute Moçambique e, pontualmente, produções sobre a Guiné, Goa, Macau e Timor e os universos cinematográficos que os envolveram. Atenta à transição política – do colonialismo à democracia –, Pimentel discute os universos cinematográficos do passado, revelando como se fez cinema nas colónias, que tipo de cinema se fez, muitas das instituições estatais metropolitanas e coloniais que viram algum potencial neste formato, e algumas das entidades privadas que o exploraram em contextos coloniais (por exemplo, a Tele-moro, em Angola).

² A filmografia desta obra cita cerca de 252 produções nacionais e estrangeiras, entre 1909 e 1974, 40 delas sem materiais preservados no ANIM, nem todas rodadas em colónias portuguesas, mas relevantes para o contexto.

“Não há filmes maus”, destaque de uma fala de Pimentel como subtítulo da introdução por Costa e título da entrevista que encerra o livro. A fala, e a sua repetição na abertura e no final da obra, enfatizam como Pimentel olhou para a película com a indiscutível curiosidade de perceber a intrigante dimensão do cinema que, enquanto objecto fílmico, constrói uma dada realidade, em detrimento de outras. A possibilidade de pensar sobre ambiguidades inerentes à imagem em movimento em relação ao seu contexto de produção é um dos aliciantes que Pimentel viu na investigação em e sobre cinema. No caso do colonialismo português, Pimentel salienta o cinema desenvolvido como propaganda institucional através de missões cinegráficas; como também discute outros agentes da indústria, os crescentes círculos de investigação metropolitana que usaram a câmara de filmar, e outras vivências coloniais, além de fundamentar os alicerces para uma história das regulações estatais do sector (por exemplo, as dinâmicas geradas pela ‘Lei dos 100 metros’, ao nível da distribuição, durante pelo menos uma década).³

O primeiro texto, “E se não agora, quando?” (2001), foi escrito após cerca de uma década a desenvolver uma estratégia arquivística para filmes no ANIM. Para quem acabou por dedicar duas décadas a estes filmes, este primeiro balanço é sobre o processo lento da constituição de uma coleção colonial “bem” preservada pelo Estado. Essa coleção começa por agregar séries de coleções, até então em diferentes condições de acolhimento, dispersas em instituições de diversas naturezas, na sua maior parte estatais. Nessa fase acedemos às dificuldades institucionais de preservar filmes à guarda de instituições, ao moroso decorrer das políticas públicas, e aos acasos conjunturais – e percebemos a sorte de Pimentel não ter desistido nunca de angariar memórias fílmicas relacionadas com o colonialismo português. O segundo texto, “A coleção colonial da cinemateca portuguesa-museu do cinema: 1908-1935” (2002), originalmente publicado em francês, foi escrito para a revista *Film Preservation*, da FIAF. Por ter em mente leitores estrangeiros, oferece uma perspectiva sobre a consolidação do seu trabalho nessa primeira década para um público mais alargado. Pimentel explora, aqui, os primórdios do cinema rodado nas colónias, interrogando-se sobre a profundidade do que conseguiu saber de filmes deste período, derivado da sua certeza da história que conta estar

³ Ficou assim conhecido o art. nº 136, Decreto-Lei 13.564, de 1927.

incompleta. O seu objectivo não é tanto fazer uma história de pioneiros, mas perceber várias formas de conhecer um filme.

O terceiro texto, “Um filme de Amigos”, de 2007, distingue-se por se focar numa produção específica, descoberta no espólio institucional de um botânico na Universidade de Coimbra. Ao contrário da morosidade de algumas incorporações, este caso mais tardio, evoluiu com rapidez. A instituição descobre a película em meados de 2004; um ano depois, a CP-MC inicia o processo de “preservar para mostrar” (p. 35), que permitiu ao filme ganhar nova vida, mais intensa do que a que teve à época da sua produção, em 1929. Ao olhar profundamente através de um único filme da coleção, por contraste com os capítulos anteriores, o leitor percebe dinâmicas diferenciadas nos diversos universos coloniais que se envolveram com o cinema e que o trabalho de Pimentel abordou, numa categorização fluida, dependente dos filmes que foi encontrando, identificando e estudando: institucional, amador, académico, profissional.

O quarto texto, “Imagens de Angola colonial na coleção da cinemateca portuguesa-museu do cinema” (2013), é uma versão longa de um capítulo de livro. Enfocado em Angola, Pimentel mapeia produtores e anfitriões institucionais que acolheram um império que subitamente se desfez, em paralelo com o processo da sua salvaguarda pelo ANIM. Indicando haver quatro inventários de cópias (1957, 1959, 1961 e 1983) na CP-MC, este texto oferece a consolidação das investigações de Pimentel, e é onde ela discute com mais profundidade o cinema ligado a entidades estatais – tais como a Agência Geral das Colónias ou o Secretariado Nacional de Informação (nas suas várias vigências com alterações de designação) –, como também ligado à indústria cinematográfica – produtores, distribuidores, exibidores. A entrevista, o capítulo mais extenso desta obra, dá a conhecer de outra forma quem “mexeu” nestes filmes e procurou perceber as suas condições de produção e os seus contextos de exibição e circulação originais, entre outros universos que a investigação em cinema nos consegue mostrar. O percurso, a experiência, o modo de olhar e pensar o mundo de Joana Pimentel são deveras relevantes para perceber como ela olhou para e pensou sobre estes filmes.

Através dos filmes em película rodados nas colónias que foram chegando ao ANIM, as suas várias vidas, seja em arquivos formais ou informais, tenham ou não transitado por salas de cinema, encontramos, pois, esta série de reflexões em progresso sobre a constituição de uma coleção

histórica e a sua contextualização. Dadas as condicionantes técnicas dos materiais fílmicos dessa época, incluindo o seu limitado acesso, a dedicação desta arquivista em transmitir o que aprendeu sobre cinema em vários dos contextos coloniais portugueses acaba por desenhar uma história de constantes, e por vezes inesperados, trânsitos entre a metrópole e as colónias.

A abordagem de Pimentel considera também a questão dos suportes dos objetos fílmicos ao longo do tempo, e, resultado do trabalho de angariação e tratamento que ela lhes deu, é salutar perceber que, desde 2011, podemos ver na *Cinemateca Digital* alguns dos filmes de que ela nos fala.⁴ Situada no que hoje parece ser a permanente transição, no cinema, entre os modos analógico e digital, esta obra dá-nos também a conhecer o percurso que foi preciso fazer para criar e manter esse trânsito.

Oferecendo um outro “contra-campo” ao trabalho de investigadores externos ao ANIM que refletiram sobre este mesmo material (Piçarra 2018), esta obra aproxima-nos do duplo trabalho de décadas de Joana Pimentel como arquivista e investigadora. Dado ainda não ser possível aceder ao catálogo da CP-MC, as vantagens de mostrar o trabalho “dentro, fora e com o arquivo”, nas palavras de José Manuel Costa (p. 11), tornam esta obra um recurso ainda mais valioso. Este livro permite aos interessados em cinema entender uma parte do trabalho que a instituição tem feito nas últimas décadas, como também sobre a “jovem” coleção histórica que trata. Agradecendo o trabalho de longa duração de Pimentel, a Cinemateca potencia também o seu próprio trabalho. Qualquer investigador interessado em arquivos, história do cinema ou no colonialismo português, sentirá o mesmo.

Referências

Matos-Cruz, José. 1989. *Prontuário do Cinema Português 1896-1989*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa.

Piçarra, Maria do Carmo. 2018. *A Coleção Colonial da Cinemateca: Campo, contracampo, fora-de-campo*. Viseu: Cine Clube de Viseu e Aleph – Rede de Acção e Investigação Crítica da Imagem Colonial.

⁴ Veja-se: <https://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital.aspx>, último acesso a 5 de agosto de 2023.